Cod. de barras: STJ00094578 (2011)

## **S**UMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
÷;	
NOTA DO AUTOR	XVII
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	
INTELIGÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA:	
O DILEMA CONCEITUAL E OS DESAFIOS DE	
CONTROLE NA DEMOCRACIA	7
Capítulo 2	
DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA	
INTELIGÊNCIA NO BRASIL	15
2.1. A Inteligência Brasileira no Contexto da Guerra Fria	15
2.2. A Transição SNI-ABIN	19
2.3. Perspectivas	23
Capítulo 3	
RISCOS AO SISTEMA DE GARANTIAS:	
NECESSIDADE DE CONTROLE	27
3.1. Ineficácia dos Mecanismos de Controle	28
3.2. Excesso de Poder e Desvio de Finalidade	37



## Cod. de barras: STJ00094578 (2011)

3.3. Desvio de Recursos: Ineficiência	39 40
Capítulo 4	
A SUPERVALORIZAÇÃO DO INIMIGO INTERNO	43
4.1. Limitações da Atividade de Inteligência na	
Perspectiva Doméstica	43
4.2. Inversão de Prioridades no Discurso das Políticas	
Públicas de Segurança	48
Capítulo 5	
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E ESTADO DE DIREITO:	
INÍCIO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO	51
5.1. A Notícia de Crime: Variações	54
5.2. Notícia de Crime, Delação ou Denúncia Anônima:	
Indefinições Terminológicas na Teoria e na <i>Práxis</i>	57
5.3. Ponderação de Bens Jurídicos em Conflito:	
Divergência Doutrinária e Jurisprudencial	59
5.3.1. A Denúncia Anônima e a Vedação Constitucional	
ao Anonimato	70
5.4. Denúncia Anônima, Vedação Constitucional à Obtenção	
Ilícita de Provas e Nulidade Derivada	71
5.5. Critérios de Validade das Investigações Originadas	
de Denúncia Anônima	76
5.5.1. Necessidade de Registro e Controle da Notícia Anônima	
pelos Órgãos de Defesa Social: Anonimato ou Sigilo?	76
5.5.2. Necessidade de Verificação de Procedência	
das Informações	77
5.6. Denúncia Anônima como Fundamento de Busca e	
Apreensão, Quebra de Sigilo das Comunicações Telefônicas	
e de Dados Bancários ou Fiscais, Medidas Assecuratórias e	
Cautelares Diversas da Prisão	78
5.7. Denúncia Anônima e Prisão Provisória	81
5.7.1. Denúncia Anônima e Prisão em Flagrante	83
5.7.2. Denúncia Anônima e Prisão Preventiva	87
5.7.3. Denúncia Anônima e Prisão Temporária	91
5.8 Valor Probatório da Denúncia Anônima	92

## Cod. de barras: STJ00094578 (2011)

CAPÍTULO 6	
DIRETRIZES PARA A ATIVIDADE DE	
INTELIGÊNCIA CRIMINAL	95
6.1. Ilegitimidade do Incremento do Discurso de Inteligência	
de Segurança Pública na Perspectiva do Direito Penal	
do Inimigo	95
6.2. Necessidade de Determinação Conceitual	98
CONCLUSÕES	117
CONCLUSOES	11/
DEEEDÊNCIAS RIBI IOCDÁEICAS	122



